Falta de conhecimento especializado prejudica execução dos Fundos Europeus

5 de Maio, 2022

No âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), através do Fundo Ambiental, têm sido criados diversos programas que pretendem tornar os edifícios públicos, de serviços e particulares, mais sustentáveis. Contudo, torna-se necessário “conhecimento aprofundado e especializado”, para conseguir passar da teoria à prática e para colocar em execução tais programas ou projetos.

O alerta é do Portal da Construção Sustentável (PCS) que tem recebido, frequentemente, pedidos, de particulares e empresas, para ações de formação no âmbito da melhoria dos edifícios. “A verdade é que para tornar os edifícios mais sustentáveis é necessário conhecimento dos profissionais e donos de obra nesta matéria, e esse conhecimento, infelizmente, é muito incipiente. É um facto, e é de lamentar, que muitas vezes os financiamentos não estejam a ser utilizados da melhor forma, por falta de conhecimento”, afirma Aline Guerreiro, citada num comunicado.

Neste sentido de colmatar tal lacuna, o PCS decidiu lançar dois cursos de formação certificada na área. O primeiro começa já dia 16 de maio, tem como tema “Arquitetura, Energia e Clima”, e será realizado em parceria com a Dosta Tec, com Mateo Barbero, engenheiro especializado em Sistemas de Energia Sustentável, Adrian Krężlik, arquiteto, investigador da FAUP e Aline Guerreiro, arquiteta e responsável pelo PCS. O segundo, a iniciar a 25 de maio, será sobre “Edifícios + Sustentáveis” e tem como público-alvo participantes que pretendam ter bases fundamentais sobre a temática. Esta formação terá como formadoras Marlene Roque, arquiteta – Perita Qualificada no SCE, e Aline Guerreiro, arquiteta e responsável pelo PCS. Ambos os cursos serão lecionados nas instalações do PCS, em Braga.

O PRR prevê a realização de investimentos na área do setor da construção, de forma a criar um impacto positivo sobre o ambiente, assente numa lógica de sustentabilidade competitiva. O financiamento utilizado nas reabilitações deve ter em consideração a saúde e segurança dos seus ocupantes, com o objetivo de diminuir o impacto ambiental adjacente à reabilitação e ocupação dos edifícios.

“É imperativo que estes investimentos sejam eficazes para que seja possível atingir a neutralidade carbónica até 2050 – em linha com o Pacto Ecológico Europeu e com o espírito da iniciativa legislativa para a Lei Europeia do Clima”, destaca Aline Guerreiro.

A indústria da Arquitetura, Engenharia e Construção (AEC) continua a ser responsável por 40% das emissões de gases com efeito de estufa a nível mundial. A compreensão dos fluxos de carbono e energia nos edifícios é crucial para combater as alterações climáticas e criar um impacto positivo sobre o ambiente.